

Caderno de Prova

Código do Eixo
401

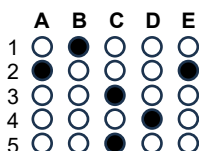
Ciências Humanas e suas Tecnologias
Filosofia

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em sua exposição sobre o Existencialismo, intitulada *O Existencialismo é um Humanismo*, o filósofo Jean-Paul Sartre buscou defender a corrente filosófica do Existencialismo de uma série de críticas que, segundo o autor, não expressariam o sentido e o entendimento da condição humana exposta nessa filosofia. O ponto de partida do pensamento filosófico existencialista é que o ser humano se constitui à medida que toma consciência de sua existência, mediante as suas escolhas. A possibilidade de escolha é um dos aspectos da questão da liberdade no pensamento existencialista, cujo ponto central é a estrutura da consciência como um nada. O ser humano é livre porque a sua consciência é sempre “um nada de ser”, ausente de determinações prévias, diferentemente do objeto que é sempre concebido mediante um projeto e uma finalidade. Como a intenção de Sartre, nesta palestra, era expor a reflexão filosófica sobre as implicações teóricas e morais para a condição humana no Existencialismo, ele rebate as críticas dos outros autores apontando que a corrente existencialista desenvolve uma filosofia que relaciona a liberdade com a
- A) mecanicidade.
B) responsabilidade.
C) alteridade.
D) materialidade.
E) historicidade.
22. A ideia de indivíduo, segundo o pensamento ético moderno, difere da postura do Individualismo, que se refere à conduta pessoal daquela pessoa que não considera o impacto das suas ações, seja nas relações interpessoais, seja na estrutura de manutenção da sociedade. Por outro lado,

“para a sociedade em geral, até a perda do melhor indivíduo é um sacrifício pequeno. É uma pena que este sacrifício seja necessário! Mas seria bem pior se o indivíduo pensasse de outra forma e considerasse sua preservação e seu desenvolvimento mais importantes que o trabalho para a sociedade”

(NIETZSCHE, *Gaia Ciência*; tradução Paulo César de Souza. 1ª edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2012, aforismo 21, p.68).

Nessa relação de forças contraditórias, a Sociedade e o Indivíduo, a filosofia moral de Nietzsche apresenta-se como uma elaborada metáfora dos tempos atuais em que duas forças duelam no interior do mesmo ser, na mimesis dos contrários entre

- A) Zeus e Júpiter.
B) Narciso e Eco.
C) Bem e Mal.
D) Deus e o Diabo.
E) Apolo e Dionísio.

23. A Fenomenologia parte do postulado de que toda consciência é sempre consciência de algo. Nessa relação entre a consciência e aquilo que ela não é, ou seja, o objeto ao qual ela se direciona, emerge o sujeito da consciência. Esse sujeito tem a sua identidade configurada nessa relação e por essa relação ele consegue apreender o sentido da sua compreensão intelectual: ele pensa (*cogito*) porque algo (aquilo que é) é sempre o que é pensado; o pensamento não é vazio do objeto pensado, nem é esvaziado do próprio sujeito que pensa. A irrefutabilidade da existência de um *subjectum* é central no pensamento fenomenológico, e ela difere das filosofias modernas do sujeito justamente pela posição que assume. É sobre essa posição do sujeito que pensa frente ao objeto e o que dele pode ser compreendido que a Fenomenologia desenvolve a sua filosofia da
- A) intencionalidade.
 - B) oposicionalidade.
 - C) materialidade.
 - D) substancialidade.
 - E) transcendentalidade.
24. A doutrina cristã do *Logos*, que se desenvolveu a partir do século II da nossa Era, manifesta o esforço intelectual de ler a filosofia grega a partir da doutrina do Deus Uno e Trino e configurar os elementos da sabedoria helênica sobre uma finalidade, um *télos*, que orienta as disposições e as ordens do mundo com a fé que identificava em Cristo o Verbo, a Palavra pelo qual Deus, o ser imaterial, imortal, transcendente, agia de maneira providente na História. O mundo é aparente e transitório diferentemente de Deus, que não estando subjugado a nenhuma dessas condições, as assumiu como consequência da Encarnação. Seja no pensamento filosófico que estabelece o *Nous* como inteligência ordenadora, seja no pensamento do *Logos*, a Palavra que revela o Deus presente na História – filosofias distintas não apenas pelas épocas, mas pelas implicações que carregam –, há dois elementos que as tornam convergentes entre os filósofos cristãos e os gregos, segundo o pensamento de Justino apresentado na sua *Apologia*:
- A) a Justiça e a Bondade.
 - B) a Verdade e a Fé.
 - C) a Filosofia e a Teologia.
 - D) a Verdade e a Justiça.
 - E) a Fé e a Inteligência.
25. O pensamento filosófico sobre o que é o político trata sobre as relações de poder, não um poder sobre a natureza, o cosmos e os elementos que constituem o mundo. O poder a que nos referimos no pensamento político é aquele que manifesta o que ocorre nas relações entre as pessoas. Ao longo da tradição da filosofia política, o olhar e a interpretação sobre o poder versou sobre pontos distintos, embora não excludentes entre as diversas fundamentações teóricas acerca do exercício do poder. Compete àquele que exerce o poder a sua identificação com o Estado; pelo modo como governa, são representados os interesses do Estado e a necessária estabilidade das instituições. A filosofia política, portanto, nomeou tanto as formas de governo, em quantidade e qualidade dos que governam, e sua nomenclatura, quanto aquilo que pressupôs dos instrumentos qualitativos para as suas definições e os fundamentos das suas degenerações, segundo o que percebeu da maneira como as ações humanas podem degenerar e corromper a estabilidade do governo. Assim, a filosofia formulou e legou ao pensamento político uma
- A) heptaclassificação das formas de governo, em que as três formas perfeitas geram uma forma sublime sem aumentar o número das formas degeneradas.
 - B) tripartição dos poderes, sendo todos eles positivos na sua forma perfeita, embora recaia sobre a democracia a imperfeição de realização.
 - C) hexaclassificação das formas de governo, sendo três as formas perfeitas e três as suas possíveis degenerações.
 - D) separação dos poderes, de modo que desenha uma pirâmide das estruturas de poder e a quem compete assumir qual posição na estratificação apresentada.
 - E) pentaclassificação do poder, em que as formas perfeitas são duas, a monarquia e a aristocracia, ao passo que a democracia sempre tende mais rápido para a sua degeneração.

26. Uma das definições clássicas de ética é a que trata da análise das ações humanas no sentido de como elas favorecem (ou desfavorecem) a realização do ser humano tanto individualmente como coletivamente, enquanto ideia de humanidade. Nessa definição de ética, a racionalidade é um ponto importante para desenvolver as ideias de responsabilidade, participação (ou em que medida cada pessoa pode contribuir para o projeto humano) e juízo moral com a reflexão sobre o impacto das nossas ações. Para que as necessidades temporais não constituíssem um impeditivo à elaboração, por parte da racionalidade, de pressupostos de como agir, a ciência moral voltou-se às excelências que a razão estabeleceu como sendo a sua forma e a sua força (sustentação) na expressão da
- A) vontade.
 - B) paixão.
 - C) necessidade.
 - D) subjetividade.
 - E) virtude.
27. A finalidade da obra de arte é a contemplação do Belo e da Beleza, que se tornam uma só e mesma coisa. O Belo e a Beleza se relacionam intimamente, indistintamente e substancialmente. Nessa estreita relação, a obra de arte comunica e manifesta os espectros que o ser humano toma para a configuração do que pode ser visto, manifesto, apreendido pelos sentidos. A estética é a capacidade de sentir pelos sentidos, da mesma forma que é a construção da percepção, da comunicação e da representação de tudo o que o ser humano é capaz de expressar. Essa abertura ao fenômeno humano mediada pela expressão estética traz consigo a tensão sobre
- A) os meios de comunicação e a hegemonia do elemento visível.
 - B) a ideia de beleza e a imposição de padrões.
 - C) o princípio da moral e os desvios da razão pela paixão.
 - D) o design, a forma e a materialidade dos elementos envolvidos.
 - E) o isolamento do artista frente ao grande público.
28. O ser humano é o animal que traz consigo, pela linguagem, o acesso a si mesmo como humanidade, podendo recorrer sempre a essa fonte de projeção de si para analisar aquilo que lhe antecedeu, mediante os seus interesses e também mediante aquilo que lhe é apresentado como sendo do humano, esse animal separado dos outros animais. A educação é o processo pelo qual esse ser retoma as ações e as figuras humanas segundo o que elas fizeram e como contribuíram nesse processo ininterrupto. A filosofia por sua natureza de amante da sabedoria, despertando o interesse do humano pelo conhecimento através do exercício do pensar, busca contribuir para a realização desse processo educativo mediante o ensino pautado
- A) na avaliação dos instrumentos de escolarização dos conteúdos, de modo a sempre buscar a renovação do aprendizado.
 - B) na construção do conhecimento mediante formas morais aceitas, centrando o indivíduo na sua única identificação com a cultura.
 - C) na contemplação das formas perfeitas de aprender o que é correto para bem estabelecer projetos econômicos de vida e de trabalho.
 - D) nos estudos dos clássicos filosóficos para compor um acervo referencial de pesquisa e dissertação dos temas da área.
 - E) no pensamento argumentativo, analítico e crítico que também possa dar conta dos problemas contemporâneos.

29. A presença da Filosofia como disciplina filosófica no currículo do Ensino Médio nunca esteve separada das questões políticas de Educação para o Brasil. A supressão da sua presença no período da ditadura militar, assim como a sua volta mediante a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, Lei 9394/96, dizem dos projetos políticos em curso no país e também da oferta de conteúdos formativos às gerações em processo de escolarização. Assim, compreende-se a implantação do chamado Novo Ensino Médio que, em nome e no desejo de melhorar o sistema educacional do Brasil, trouxe a flexibilização de cargas horárias para os currículos, mediante o interesse do público estudantil matriculado nas unidades escolares, oculta um problema que tensiona a formação de professores e professoras de filosofia diante da
- A) dificuldade de encontrar docentes que desenvolvam as perspectivas pedagógicas de ensino de filosofia mediante os objetivos da BNCC para a Educação Básica.
 - B) oferta de conteúdos e correntes filosóficas ligadas às futuras áreas de conhecimento, trabalho e atuação moral dos estudantes na formação universitária.
 - C) inserção das obras clássicas dos autores filosóficos no contexto das obras contemporâneas e suas perspectivas ligadas ao empreendedorismo em sala de aula.
 - D) integralização das disciplinas com o conteúdo filosófico, a fim de favorecer a transdisciplinaridade e transversalidade dos conteúdos formativos de natureza especulativa.
 - E) possibilidade de precarizar o desenvolvimento de um ensino de filosofia enquanto projeto formativo ético-político para dar lugar à oferta voltada a uma clientela específica.
30. Na obra *A República*, Platão desenvolve a sua filosofia sobre a Cidade Ideal e a sua relação com a Justiça. Nenhuma cidade pode ser a ideal sem pensar o que é a justiça e o que constitui a sua natureza; como ela orienta as paixões e a razão, gerando a virtude e assim situando cada pessoa mediante aquilo com que ela pode contribuir na construção da cidade. Àqueles cuja virtude produz o saber das coisas práticas, cabe assumi-las e as realizar, e, assim, a Justiça se conserva na *Pólis*. Àqueles cuja virtude é a disciplina militar, compete-lhes a estratégia e a organização em tropas. É reservado àqueles que podem pensar a Justiça e alcançam a sua ideia o governo da Cidade e a realização da Justiça mediante o bom e correto julgamento das realidades. Sobre as realidades, Platão as distinguiu numa célebre alegoria, que está no Livro VII e que recebeu o nome de Alegoria da Caverna. Nela, uma ideia é fundamental para a compreensão da distinção que o filósofo faz dos tipos de alma que constituem o ser humano e lhe permite, mediante o seu exercício rigoroso, contemplar as coisas à luz do sol e na sua falta, satisfazer-se à projeção das chamas da fogueira; essa ideia é a de
- A) argumentação.
 - B) educação.
 - C) contemplação.
 - D) memorização.
 - E) especulação.

31. O pensamento político de Maquiavel desenvolve uma filosofia do poder, do exercício do poder desvinculado do exercício ético, de modo que a sua teoria política não é sobre como deve ser o poder, mas sobre como é o poder e que isso exige do príncipe a sabedoria e o trato para lidar com as suas exigências. Assim, o soberano é aquele que estabelece a dinâmica do Estado como a do poder mantido e preservado em torno de si, independente se o Principado tenha sido uma conquista recente ou por sucessão estabelecida, o principado hereditário. Para tal, o autor desenvolve os conceitos de *Virtù* e de *Fortuna*, e ambos são fundamentais para a compreensão da natureza do Estado e a sua relação com a história. Em ambos os conceitos, o tema do poder é central e também o modo como se governa. O fato que, segundo o autor, leva Reinos a surgirem ou a desaparecerem, assim como os seus soberanos, é que os principados conquistados pela *Virtù*, em relação aos que se conquistam pela *Fortuna* são
- A) menos duradouros, pois a história é determinada pelos acasos, e assim serão os Reinos.
 - B) mais duradouros, pois o Príncipe desenvolve as virtudes e não o acúmulo de riquezas.
 - C) menos duradouros, porque as contestações internas do Reino são superadas pela riqueza.
 - D) mais duradouros, porque a virtude permite o alcance da forma ideal do Estado.
 - E) mais duradouros, porque não foram conquistados sem a vontade do Príncipe.
32. Por meio da realidade inteligível, que no pensamento de Santo Agostinho é o modo como Deus cria e dispõe todas as coisas segundo uma ordem, a realidade material é disposta de acordo com a forma que Deus lhe confere e, mesmo na diversidade das formas, ela permite elevar a inteligência a Deus, ao Deus uno, por que é dele que provém toda a forma que dá à matéria a harmonia, ou seja, a beleza. A beleza, portanto, reserva em si um conteúdo inteligível, que é a forma como Deus dispõe aquilo que ele cria, e uma realidade material, a diversidade que forma o todo, sem que haja confusão e indistinção entre as coisas na sua profunda diversidade. A ideia de beleza elaborada por Santo Agostinho, base para compreender como a arte imita a natureza e a natureza é a forma da Ideia de Deus para o que é realidade material, desenvolveu a noção de criação *Ex Nihilo*, pois a beleza expressa o modo como Deus cria a partir da ideia, a qual confere às coisas e à sua
- A) temporalidade, uma condição de atemporalidade, pois a arte que imita a Natureza não se corrompe.
 - B) sacralidade, o novo horizonte da arte na Antiguidade, corrigindo as distorções e contradições gregas.
 - C) atemporalidade, a revelação das Ideias de Deus para os novos céus e nova terra recriados na graça.
 - D) materialidade, o efeito direto e objetivo da encarnação do *Lógos*, a fim de esclarecer a beleza interior.
 - E) inteligibilidade, a possibilidade de ascender a ele e o encontrar pela racionalidade estética.
33. O pensamento político do filósofo paduano Marsílio, na sua obra *O Defensor da Paz*, antecipa em alguns séculos a reflexão política sobre a necessidade da centralidade do poder para configurar o governo na forma de um Estado. Para o autor, o elemento estruturante dessa configuração do poder é a constituição do Reino mediante as suas partes, sendo o governo a *parts principans* (a parte principal) da qual todas as outras extraem a sua natureza, inclusive o poder religioso. Só é possível a um Reino estabelecer-se em vista da sua finalidade se o poder nele exercido for unificado e centralizado em torno da sua causa final, que é a paz. Assim, o Rei governa em vista da finalidade própria e exigida pela razão para haver um governo e as partes subordinadas a esse poder, não intervindo nas relações que não competem à sua natureza, mas constituindo-se em harmonia e obediência ao governante
- A) estabelecem o exercício do poder como forma nacional de costumes, valores, modos e estratégias de defesa militar.
 - B) garantem a ele o exercício livre e soberano das relações temporais, segundo as necessidades do Reino.
 - C) dão à Igreja o modelo de como se deve exercer a soberania nos assuntos que dizem respeito à fé, à doutrina e à liberdade religiosa no Reino.
 - D) promovem o direito e a justiça na exigência de que o Rei tem de prover o reino de bens espirituais e temporais.
 - E) fixam a divisão entre os poderes, estabelecendo a sua natureza jurídica e conferindo ao rei a condição moderadora entre eles.

34. A *Pólis* não é apenas a Cidade-Estado no sentido geográfico e demográfico, mas é a unidade espiritual de formação do cidadão, enquanto indivíduo moral não separado do todo, do cosmos que ela é, de modo que a vida pública é vida ética e a escolha do modo de vida é a manifestação das virtudes que orientam essa vida. A ética dos antigos gregos busca relacionar de maneira inseparável a condução da vida pública com os princípios morais que a orientam e, para tal, em relação a essa vivência integrada, na boa disposição entre as coisas necessárias e as coisas passageiras, o indivíduo moral é o mesmo que o indivíduo político e desenvolve no contexto da sua *práxis* a
- A) imperturbabilidade da alma (*ataraxia*).
 - B) felicidade (*eudaimonia*).
 - C) arte (*techné*).
 - D) inteligência prática (*phronesis*).
 - E) magnanimidade (*megalopsiquia*).
35. A Fenomenologia de Husserl desenvolve o conceito de *Epoché*, que significa a suspensão do juízo, não para negar as elaborações da razão, mas para que não recaia numa espécie de fixação do objeto pelo recorte da sua apresentação fenomenológica. Assim, Husserl busca levar a sua fenomenologia ao encontro do eu, que é o sujeito da *epoché*, para que assim se possa estabelecer, mediante a filosofia do ego, como centro constitutivo de toda a subjetividade, o nível da consciência que é base para
- A) a ciência objetiva.
 - B) a transcendência estética.
 - C) o ser e o não ser.
 - D) a interpretação e o entendimento.
 - E) o mundo da vida.
36. Leia o seguinte trecho de diálogo para responder à questão.

Estrangeiro: Então eu formarei um discurso [uma sentença] para ti no qual uma ação e o resultado da ação estão combinados através de um nome e um verbo e me dirás *sobre o que é o discurso* [o sujeito da sentença].
Teeteto: Eu o farei o melhor que puder.
Estrangeiro: 'Teeteto senta'. Não é um longo discurso, é?
Teeteto: Não, é razoavelmente curto.
Estrangeiro: Agora cabe a ti dizer sobre o que é e qual é o seu sujeito.
Teeteto: Está claro que é sobre mim e que sou eu o seu sujeito.
[...]
Estrangeiro: 'Teeteto, com quem estou falando agora, voa'.
Teeteto: Todos se dispõem a concordar que esse também é sobre mim e que sou seu sujeito.
Estrangeiro: Mas concordamos que todo discurso (sentença) tem necessariamente uma particular qualidade.
Teeteto: Sim.
Estrangeiro: Ora, que qualidade deveríamos atribuir a cada um desses discursos (sentenças)?
Teeteto: Suponho que uma é falsa, ao passo que a outra é verdadeira.
Estrangeiro: A verdadeira indica fatos como são sobre ti.
Teeteto: Certamente.
Estrangeiro: Enquanto a falsa indica coisas diferentes dos *fatos*.
Teeteto: Sim."

Fonte: (PLATÃO. Sofista. In: _____. *Diálogos I*. Tradução e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. Coleção Clássicos Edipro. p. 236-237).

A teoria da verdade representada neste trecho é a

- A) do relativismo.
- B) da correspondência.
- C) da coerência.
- D) do pragmatismo.
- E) do construtivismo.

37. Leia o trecho de diálogo a seguir para responder à questão.

Teeteto: Ah sim, Sócrates. Na verdade, uma vez ouvi alguém fazer essa distinção. Eu me esquecera disso, mas agora me lembro. Dizia ele que o conhecimento é a opinião verdadeira associada ao discurso racional, mas que a opinião verdadeira dissociada da explicação racional sai do âmbito do conhecimento; e que matérias que carecem de uma explicação racional são incognoscíveis [...] enquanto aquelas que contam uma explicação racional são cognoscíveis”

Fonte: (PLATÃO. Teeteto. In: _____. *Diálogos I*. Tradução e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. Coleção Clássicos Edipro. p. 139).

Neste trecho do diálogo entre Sócrates e Teeteto, Platão apresenta três elementos explicativos que, juntos, caracterizam a definição clássica de conhecimento. A saber, esses elementos são

- A) certeza, verdade e memória.
- B) realidade sensível, formas e participação.
- C) opinião, verdade e justificação racional.
- D) sentidos, razão e entendimento.
- E) conjecturas, experimentação e refutação.

38. O trecho a seguir foi selecionado do início do Livro VII da *República* de Platão e descreve o que poderia acontecer ao escravo que havia escapado de uma certa caverna, caso decidisse retornar ao espaço subterrâneo:

“- Se, naquele tempo, entre eles [os prisioneiros que permaneceram na caverna] havia honras, louvores e também prêmios concedidos a quem observasse com um olhar mais aguçado os objetos que desfilassem diante deles e se lembrasse melhor do que costumava vir antes, depois ou simultaneamente e, a partir disso, tivesse mais capacidade para adivinhar o que estivesse por vir, na tua opinião, não achas que ele [o prisioneiro liberto que retorna à caverna] cobiçaria essas recompensas e invejaria os que entre eles fossem honrados e tivessem poder? Ou achas que ele passaria pela experiência de que fala Homero e preferiria, *no trabalho da terra, sendo escravo de outro homem sem posses*, sofrer qualquer coisa que fosse, a ter aquelas opiniões e viver daquela maneira?

- É assim, disse ele, que eu penso. Estaria mais disposto a sofrer o que fosse que a viver daquele modo.

- Reflete sobre isto! disse eu. Se, de novo, esse fulano descesse e se sentasse naquele mesmo local, não ficaria com os olhos toldados pela escuridão ao sair de repente do sol?

- É bem isso que aconteceria, disse.

- E se ele, a respeito da significação daquelas sombras precisasse competir com os que continuavam como prisioneiros, no momento em que sua visão estivesse fraca e antes que seus olhos estivessem bem - e esse tempo de acomodação não seria muito curto -, será que não seria motivo de riso? Não diriam dele que, tendo ido lá para cima, tinha voltado com os olhos lesados e que não valia a pena nem mesmo tentar ir até lá? E a quem tentasse libertá-los e conduzi-los lá para cima, se de alguma forma pudessem segurá-lo com suas mãos e matá-lo, eles não o matariam?

- É bem isso que faria, disse”.

Fonte: (PLATÃO. *A república*. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 270).

Ao analisarmos os sentidos que podem ser hauridos da Alegoria da Caverna, com especial atenção à motivação do possível regresso do escravo, podemos afirmar que ele retornaria à caverna

- A) para entender como os outros são mantidos ali e quem são seus algozes, para que possa incitar os prisioneiros a se rebelar contra seus captores.
- B) devido à forte luminosidade na superfície que ofende seus olhos e o forçaria a retornar ao subterrâneo.
- C) para divulgar seus ensinamentos e formar discípulos, por acreditar ser necessário salvar as almas daqueles que ainda se encontram perdidos na escuridão.
- D) por compaixão para com os que ainda estão sendo manipulados e por entender que possui uma responsabilidade tanto pedagógica quanto política de ajudar e liderar os demais.
- E) para ensinar a virtude, utilizando seus conhecimentos para impressionar os demais e, dessa forma, conseguir alunos dispostos a pagar por sua sabedoria.

39. No diálogo *Eutidemo*, Platão, descrevendo os irmãos sofistas Eutidemo e Dionisodoro, afirma que eles possuem a habilidade de “brandir palavras como suas armas e de refutar quaisquer argumentos, não importa se verdadeiros ou falsos”. Mais adiante, vemos Dionisodoro provando ao jovem Ctesipo que seu pai é um cachorro:

Dionisodoro: “Simplesmente me responde: tens um cão?”
Ctesipo: “Sim” [...]
Dionisodoro: “E ele tem filhotes?”
Ctesipo: “Sim” [...]
Dionisodoro: “Então esse cão é o pai deles?”
Ctesipo: “Certamente” [...]
Dionisodoro: “Ora, o cão não é teu?”
Ctesipo: “Certamente” [...]
Dionisodoro: “Portanto, considerando-se que ele é um pai e é teu, o cão passa a ser teu pai, e tu um irmão de filhotes de cão, não é mesmo?”

Fonte: (PLATÃO. Eutidemo. In: _____. *Diálogos II*. Tradução e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2016. Coleção Clássicos Edipro. p. 174 e p. 220- 221, respectivamente).

Esse modo de discurso, muitas vezes empregado pelos sofistas, representava um problema para os filósofos atenienses daquele período histórico, já que muitas vezes era utilizado para inibir um diálogo legitimamente filosófico sobre o que se propunha debater. Marque a opção que caracteriza corretamente a forma de debater dos irmãos Eutidemo e Dionisodoro.

- A) Discurso *sofístico*: visa promover as virtudes cívicas mais estimadas. Lida com preocupações políticas e evita tratar de temas mais abstratos como a verdade ou o conhecimento.
 - B) Discurso *cínico*: ataca os valores aceitos pela sociedade e promove uma vida mais simples e natural, mais próxima à vida de outros animais, por exemplo, dos cães.
 - C) Discurso *erístico*: tem por objetivo vencer um debate através do jogo de palavras e da distorção de significados, visando impressionar os ouvintes. Não possui compromisso com a verdade ou com o saber.
 - D) Discurso *poético*: procura educar e inspirar os ouvintes, transmitindo valores, tradições e mitos. Considerava-se que ia além da arte, alcançando o transcendente e uma conexão com o divino.
 - E) Discurso *dramático*: intenciona comover e chocar a plateia, levando os interlocutores a examinar as vicissitudes da condição humana e sua relação com a *pólis*, o sobrenatural e o destino.
40. Leia o excerto a seguir para responder à questão.

“(...) Toda a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são formadas pela metafísica, o tronco pela física e os ramos que saem deste tronco constituem todas as outras ciências que, ao cabo, se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral”

Fonte: (DESCARTES, R. *Princípios da Filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989. p.42. Adaptado).

Sobre a Árvore do Conhecimento ou Árvore da Filosofia, de Descartes, podemos afirmar que

- A) apresenta todo o *corpus* do conhecimento humano como uma unidade sistemática.
- B) representa difusão e diluição do conhecimento, típica do “paradigma cartesiano”.
- C) deixa de situar a matemática em quaisquer de suas partes, mostrando que este filósofo fazia pouco caso dessa ciência.
- D) estabelece que a medicina é a mais alta das sabedorias por representar a área do conhecimento que nos propicia os frutos mais importantes.
- E) situa a mecânica, isto é, o estudo do movimento dos corpos, como a mais importante das ciências por permitir um saber preciso sobre o mundo e o universo.

41. Leia o excerto a seguir para responder à questão.

“Quando Galileu fez rolar no plano inclinado as esferas, com uma aceleração que ele próprio escolhera, quando Torricelli fez suportar pelo ar um peso, que antecipadamente sabia idêntico ao peso conhecido de uma coluna de água, [...] foi uma iluminação para todos os físicos. Compreenderam que a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos”.

Fonte: (KANT, I. *Crítica da Razão Pura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 5. ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. p. 18. Grifos acrescentados).

O projeto epistemológico de Immanuel Kant é marcado por uma forma específica de compreender a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Como é dito no texto, o sujeito, em certos casos, é capaz de antecipar os resultados de alguns experimentos mesmo antes da sua execução. Segundo Kant, isto é possível porque

- A) o sujeito é compreendido como uma parte ativa da formação da própria empiria, isto é, o aparelho cognitivo humano participa da formação da experiência em si.
- B) o sujeito, em seu estado original, é como uma folha em branco - carecendo de conteúdo antes de ser preenchida pelos dados dos sentidos.
- C) o sujeito possui ideais *a priori*, inatas à alma, que possibilitam a criação de uma ciência pura, isto é, que não solicita nenhum conteúdo à experiência.
- D) a realidade fenomênica é subjetiva e produzida inteiramente pela consciência e vontade do sujeito.
- E) todo conhecimento *a priori* é analítico e pode ser desenvolvido através de simples operações lógicas.

42. Observe o comentário de Étienne Gilson sobre a ética de Tomás de Aquino:

“O objeto próprio da vontade é o bem enquanto tal; onde quer que ela suspeite de sua presença e em que o intelecto lhe apresente desta alguma imagem, ela tende espontaneamente a abraçá-lo. No fundo, o que a vontade procura para além de todos esses bens que persegue é o bem em si, do qual os bens particulares participam. Se o intelecto humano pudesse nos representar já aqui neste mundo o próprio Soberano Bem, perceberíamos imediata e imutavelmente o bem específico de nossa vontade e ela logo aderiria a ele e dele se apoderaria, por uma captura imutável que também seria a mais perfeita liberdade. Mas não vemos diretamente a perfeição suprema; somos, pois, reduzidos a procurar determinar, por um esforço incessantemente renovado do intelecto, entre os bens que se nos oferecem, os que se ligam ao Soberano Bem por uma conexão necessária”.

Fonte: (GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 669).

Tendo em vista a situação em que o ser humano se encontra, necessitando julgar, entre os vários bens terrenos, quais são os que mais propriamente se conectam ao Soberano Bem, Tomás de Aquino elucida que os bens que devem ser priorizados são:

- A) usufruir das paixões, aproveitar os vícios, moderar as virtudes e integrar a comunidade filosófica.
- B) desejar o bem, praticar as virtudes cristãs e, com a graça do Espírito Santo, se afastar do pecado.
- C) dominar suas paixões, se afastar dos vícios, adquirir virtudes e buscar a verdade através do exercício das ciências especulativas.
- D) praticar apenas os prazeres naturais e necessários, se livrar do medo de Deus e da morte, compreender que é possível escapar da dor e ser feliz.
- E) evitar os excessos, mas também as faltas, de cada paixão e compreender que a virtude reside na justa medida de cada ação.

43. No texto a seguir, Alan Chalmers explica uma das principais ideias da epistemologia falsificacionista:

“O falsificacionista vê a ciência como um conjunto de hipóteses que são experimentalmente propostas com a finalidade de descrever ou explicar acuradamente o comportamento de algum aspecto do mundo ou do universo. Todavia, nem toda hipótese fará isto. Há uma condição fundamental que toda hipótese ou sistema de hipóteses deve satisfazer para ter garantido o *status* de lei ou teoria científica. Para fazer parte da ciência, uma hipótese deve ser *falsificável*”

Fonte: (CHALMERS, Alan F. *O que é a ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 64 - 65).

Marque a opção que lista hipóteses que podem ser consideradas científicas pelos critérios falsificacionistas de cientificidade.

- A) i) Todos os planetas se movem em elipses ao redor de estrelas.
ii) Todas as substâncias se expandem quando aquecidas.
iii) Todo corpo em repouso permanecerá em repouso, e um corpo em movimento continuará em movimento retilíneo uniforme, a menos que uma força resultante não nula atue sobre ele.
- B) i) Ou está chovendo ou não está chovendo.
ii) O ângulo de incidência de um raio de luz refletido por uma superfície refletora é igual ao ângulo de reflexão.
iii) Todo animal que possui coração também possui rim.
- C) i) Todos os cisnes são brancos.
ii) Todos os pontos num círculo euclidiano são equidistantes do centro.
iii) A energia total de um sistema isolado permanece constante.
- D) i) Todas as plantas realizam fotossíntese.
ii) As características que um organismo adquire ao longo da vida, por meio do uso ou desuso de seus órgãos, são transmitidas aos seus descendentes.
iii) Deus é a fonte de toda sapiência.
- E) i) A vida pode surgir espontaneamente da matéria inanimada através de um "princípio ativo" ou "força vital" presente nos materiais.
ii) Todos os tijolos, quando liberados perto da superfície terrestre, caem diretamente para baixo quando não impedidos.
iii) A sorte é possível na especulação esportiva.

44. Responda à questão com base na leitura do texto a seguir.

“Como a imaginação pode separar todas as idéias simples, e uni-las novamente da forma que bem lhe aprouver, nada seria mais inexplicável que as operações dessa faculdade, se ela não fosse guiada por alguns princípios universais, que a tornam, em certa medida, uniforme em todos os momentos e lugares. Fossem as idéias inteiramente soltas e desconexas, apenas o acaso as juntaria; e seria impossível que as mesmas idéias simples se reunissem de maneira regular em idéias complexas (como normalmente fazem) se não houvesse algum laço de união entre elas, alguma qualidade associativa, pela qual uma idéia naturalmente introduz outra [...]”.

Fonte: (HUME, David. *Tratado da natureza humana*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 34).

As maneiras pelas quais as ideias podem se associar na imaginação são denominadas por Hume como

- A) “identidade”, “semelhança” e “fabulação”.
- B) “continuidade no tempo e no espaço”, “causa e efeito” e “força do hábito”.
- C) “força do hábito”, “identidade” e “memória”.
- D) “semelhança”, “contiguidade no tempo ou no espaço” e “causa e efeito”.
- E) “memória”, “relação” e “fantasia”.

45. Hans Jonas trata da sempre crescente expansão da tecnologia como um trunfo que aumenta exponencialmente o poder transformador da humanidade e, ao mesmo tempo, aprisiona o homem em uma determinada mentalidade – uma certa visão da natureza e uma compreensão cada vez mais limitada de si mesmo.

“O triunfo do *homo faber* sobre seu objeto externo significa, ao mesmo tempo, o seu triunfo na constituição interna do *homo sapiens*, do qual ele outrora costumava ser uma parte servil.”
“[...] O próprio homem passou a figurar entre os objetos da técnica. O *homo faber* aplica sua arte sobre si mesmo e se habilita a refabricar inventivamente o inventor e confeccionador de todo o resto.”

Fonte: (JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 43 e p. 57, respectivamente).

De acordo com o autor d’*O princípio responsabilidade*, as consequências que já estariam delineadas no futuro próximo da humanidade, uma vez assumidos os triunfos da técnica e da compreensão da natureza humana como *homo faber* em vez de *homo sapiens*, são:

- A) a expansão exagerada da expectativa de vida humana; o controle do nosso comportamento através de agentes químicos ou implantação de eletrodos; a manipulação genética de gerações futuras.
 - B) o fim da fome e da pobreza; a diminuição da poluição ambiental graças à troca da matriz energética por uma mais limpa e sustentável; o início de um período de paz duradouro entre as nações.
 - C) a exploração de recursos espaciais e a colonização de outros planetas; uma melhor preservação dos recursos naturais terrestres para as futuras gerações; a utilização da energia solar como fonte de energia global.
 - D) a expansão da internet e da inteligência artificial para todos os aparelhos eletrônicos; a redução geral das jornadas de trabalho devido à maior produtividade das tecnologias inteligentes; a criação de uma rede de vigilância onipresente.
 - E) o aprofundamento das desigualdades econômicas entre as nações; a alienação cada vez maior do trabalhador em relação ao seu trabalho; o crescimento exponencial do lucro e do poder das empresas de tecnologia.
46. O trecho citado a seguir mostra como, de acordo com Karl Popper, os positivistas lidavam com o chamado “problema da demarcação”, a saber, a questão de conseguir delimitar a área do científico frente ao não científico, isto é, separar a ciência de outras áreas e saberes, por exemplo, da metafísica. Como bem se sabe, a filosofia da ciência popperiana dedica profundas críticas a essa e outras teses positivistas.

“Os velhos positivistas só desejavam admitir como científicos ou legítimos os *conceitos* (ou noções, ou idéias) que, como diziam, ‘derivassem da experiência’, ou seja, os conceitos que acreditavam ser logicamente reduzíveis a elementos da experiência sensorial [...]. Os positivistas modernos têm condição de ver mais claramente que a Ciência não é um sistema de conceitos, mas, antes, um sistema de *enunciados*. Nesses termos, desejam admitir como científicos, ou legítimos, tão-somente os enunciados reduzíveis a enunciados elementares (ou ‘atômicos’) da experiência – a ‘juízos de percepção’ [...]”

(POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 11. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2010. p.35-36).

Podemos afirmar que Popper rejeita a tese positivista da demarcação da ciência porque esta

- A) falha em apresentar um critério satisfatório para distinguir as ciências humanas das ciências da natureza.
- B) acaba misturando a metafísica à ciência, pois a metafísica também lida com enunciados oriundos da experiência.
- C) elimina da ciência também as sentenças universais, pois estas não podem ser reduzidas a juízos de percepção.
- D) possui caráter por demais empirista, enquanto Popper, por ser racionalista, defende que a ciência possui uma origem *a priori* na razão.
- E) fracassa ao não reconhecer a cientificidade de ciências fundamentais como a lógica e a matemática.

47. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“O termo ‘revolução científica’ deve-se à profunda transformação ocorrida em relação ao pensamento da tradição antiga e medieval, uma autêntica reviravolta, principalmente nos campos da física e da astronomia. Mas é sobretudo enquanto fator determinante do surgimento do pensamento moderno, numa ruptura com o pensamento escolástico medieval e o pensamento antigo greco-romano, que a Revolução Científica passa a ter uma importância decisiva para além do campo estrito da ciência”

Fonte: (MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia e história das ciências: a revolução científica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 9).

Dentre as diversas causas que podem ser apresentadas para a Revolução Científica, é possível enumerar:

- A) os estudos de anatomia humana de Leonardo da Vinci; a invenção da máquina de impressão com tipos móveis de Johannes Gutenberg; a publicação do *Almagesto* de Cláudio Ptolomeu.
- B) a reintrodução de textos aristotélicos na Europa; as grandes navegações e a descoberta do Novo Mundo; a publicação de *Sobre a revolução dos orbes celestes* de Nicolau Copérnico.
- C) a publicação do *Novum Organum* de Francis Bacon; a conquista do Império Inca pelos espanhóis liderados por Francisco Pizarro; a publicação de *Aritmética* de Diofanto.
- D) as grandes navegações e a chegada dos portugueses à Índia; desenvolvimento de novas e mais precisas técnicas de gravuras, como a xilogravura; publicação da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino.
- E) a publicação da tradução para o latim da obra do filósofo cético antigo Sexto Empírico; o enfraquecimento da autoridade da Igreja Católica com a Reforma Protestante; a popularização da obra *Física* de Teofrasto.

48. Podemos definir *paradoxos* como sentenças cujos valores de verdade são impossíveis de determinar, isto é, sentenças que não podemos dizer que nem são verdadeiras, nem falsas.

Conversamente, definimos *falsos paradoxos* como sentenças que dão a impressão de serem paradoxos, e até mesmo historicamente já foram consideradas paradoxos, mas cujos valores de verdade são determináveis se analisadas da maneira correta.

Levando em consideração as definições acima, marque a opção que contém um *falso paradoxo*.

- A) **Paradoxo de Eubúlides de Mileto:** “Essa declaração é falsa”.
- B) **Paradoxo de Pinóquio:** “Meu nariz vai crescer”.
- C) **Paradoxo de Bertrand Russell:** “O conjunto dos conjuntos que não pertencem a si mesmos pertence a si mesmo”.
- D) **Paradoxo de Epimênides de Creta:** “Tudo que os cretenses dizem é falso; e eu sou um cretense”.
- E) **Paradoxo do Mentiroso Fortalecido:** “A afirmação seguinte é verdadeira.” e “A afirmação anterior é falsa.”.

49. Observe estes trechos da obra *Introdução à Lógica* de Cezar A. Mortari, em que se explica detalhadamente sobre a quantidade de formas válidas de silogismo:

“Se fizermos as contas, começando com AAA, AAE e indo até OOO, veremos que existem 64 modos de silogismo categórico. Combinando isso com as quatro figuras, temos como resultado $4 \times 64 = 256$ formas diferentes de silogismo.

Nem todas, claro, são formas válidas”

(MORTARI, Cezar A. *Introdução à Lógica*. 2. ed.. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p.495).

Continuando, Mortari relata que

“Aristóteles identificou 14 formas válidas de silogismo [...]. Com o passar do tempo, contudo, outras formas foram identificadas por lógicos posteriores [...] e chegou-se ao número de 24 formas válidas. Cada uma dessas formas foi recebendo um nome padrão no decorrer da história.”

Fonte:(MORTARI, 2016. p. 499).

Segue a lista das formas válidas de silogismo para os lógicos medievais, listadas pelos seus nomes-padrão:

Formas de primeira figura: *Bárbara, Celarent, Darii, Ferio, Barbari, Celaront.*

Formas de segunda figura: *Cesare, Camestres, Festino, Baroco, Cesarop, Camestrop.*

Formas de terceira figura: *Darapti, Felapton, Disamis, Datisi, Bocardo, Ferison.*

Formas de quarta figura: *Bamalip, Calemes, Dimatis, Fesapo, Fresison, Calemop.*

Fonte:(Cf. MORTARI, 2016. p. 500)

No entanto, de acordo com o autor, a introdução do método dos diagramas de Venn-Euler como forma de demonstrar a validade de silogismos revelou que algumas daquelas formas aceitas pelos medievais eram, na verdade, inválidas: “assim, teremos apenas 15 formas válidas, em vez das 24 tradicionais”

Fonte:(MORTARI, 2016. p. 520).

O especialista explica:

“O conflito entre a lista elaborada pelos medievais e o resultado dos diagramas de Venn-Euler [...] tem a ver com o fato de que, do ponto de vista contemporâneo, proposições universais não têm conteúdo existencial, ao contrário das particulares. Para a interpretação tradicional dos silogismos, contudo, proposições universais também tinham conteúdo existencial”

(MORTARI, 2016. p. 521).

Isto significa que, pela compreensão contemporânea,

“qualquer silogismo que tenha duas premissas universais e uma conclusão particular será inválido”

Fonte: (MORTARI, 2016. p. 520).

Tendo em vista estas informações, marque a opção que apresenta quatro formas de silogismos ainda válidas após a inclusão do método dos diagramas de Venn-Euler.

- A) *Barbari, Camestres, Ferison, Calemop.*
- B) *Celarent, Festino, Bocardo, Dimatis.*
- C) *Darii, Cesarop, Disamis, Calemes.*
- D) *Bárbara, Cesare, Darapti, Fresison.*
- E) *Ferio, Baroco, Datisi, Fesapo.*

50. Considere que a sentença “Se Aristóteles discursa, então os sofistas se calam” é falsa. A partir dessa informação, podemos inferir que é verdadeira a sentença
- A) “se os sofistas discursam, então Aristóteles se cala”.
 - B) “nem Aristóteles discursa, nem os sofistas se calam”.
 - C) “não é verdade que ou Aristóteles discursa ou os sofistas não se calam”.
 - D) “Aristóteles não discursa e os sofistas se calam”.
 - E) “Aristóteles discursa se e somente se os sofistas se calam”.